

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Uptick Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 8 de setembro de 1997, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

A Companhia possui 5,8192% do capital total da controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN ("COSERN"), sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A COSERN detém junto a ANEEL, a seguinte concessão:

<u>Distribuição</u>	<u>Municípios</u>	<u>Localidades</u>	<u>Data da concessão</u>	<u>Data de vencimento</u>
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	31/12/27

2. Base de preparação das Demonstrações Contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em empreendimento controlado em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2 Base de apresentação

As Demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essas práticas são consistentes com as adotadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010, exceto no que se refere à consolidação de investidas em conjunto.

A emissão das demonstrações contábeis individuais foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2012.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). Todas as informações contábeis apresentadas em Real fora arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Mudança nas políticas contábeis

Conforme Deliberação CVM nº 666/2011, que aprovou para as companhias abertas, o Pronunciamento Técnico CPC 19 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que prevê, como alternativa à consolidação proporcional no caso de controle compartilhado de uma entidade o uso do Método de Equivalência Patrimonial, a Uptick em 30 de setembro de 2011, optou pelo Método de Equivalência Patrimonial para as demonstrações contábeis.

Essa alteração na política contábil foi aplicada retrospectivamente, conforme CPC 23, não tendo impacto nas demonstrações individuais publicadas em 2009 e 2010. A seguir apresentamos os Balanços de 31 de dezembro dos respectivos exercícios.

	2010	2009
		Reapresentado
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	5.518	3.294
Dividendos e Juros sobre capital próprio	434	409
Total do ativo Circulante	5.952	3.703
Impostos e contribuições a recuperar	3.341	3.038
Depósitos Judiciais	12	12
Investimentos	41.893	38.301
Intangível	19.601	19.601
Total do ativo não circulante	64.847	60.952
Total do Ativo	70.799	64.655
	2010	2009
		Reapresentado
Passivo		
Impostos e contribuições a recolher	49	133
Dividendos e juros sobre capital próprio	7.261	2.170
Outros passivos Circulantes	-	12
Total do passivo Circulante	7.310	2.315
Outros Passivos Não Circulantes	12	-
Total do passivo não circulante	12	-
Patrimônio Líquido		
Capital Social	49.646	49.646
Reservas de lucros	10.473	7.186
Dividendo Adicional Proposto	3.036	5.554
Outros Resultados Abrangentes	322	(46)
Total do patrimônio líquido	63.477	62.340
Total do passivo	7.322	2.315
Total do passivo e do patrimônio líquido	70.799	64.655

3. Resumo das Políticas Contábeis

As principais políticas e práticas contábeis da Companhia estão descritas abaixo e foram aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e nas demonstrações contábeis comparativas.

a. Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes ativos financeiros:

- i) Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são: (i) saldos bancários e aplicações financeiras (nota 4). O CPC 40 requer uma classificação em uma hierarquia de três níveis (I, II e III) para mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros, sendo que esse ativo financeiro está classificado no Nível I.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

b. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como títulos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos “pro-rata temporis” até a data do encerramento do exercício, não excedendo ao valor de mercado.

d. Impostos e contribuições a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

e. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais e não estão sendo atualizados monetariamente. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorra desfecho favorável para a Companhia.

f. Outros ativos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores de custo e, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização.

g. Investimento

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais o Grupo possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas operacionais.

A participação em controlada em conjunto está avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos desta participação são registrados como uma redução do valor do investimento.

h. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

i. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das informações trimestrais. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 mil ano ou R\$ 20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

j. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

k. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do CPC aplicáveis as companhias abertas, enquanto que para as normas do IFRS, representam informação contábil adicional.

l. Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisadas e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.

- O CPC 19 (R1) – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma impactou as Demonstrações Contábeis da Companhia, conforme informado na nota 2, item 2.3.

- O CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras – aprovado pela Deliberação CVM nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A Companhia apresenta essa análise na nota explicativa nº 11.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2011	2010
Caixa e depósitos bancários à vista	4	4
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	4.470	5.514
	<u>4.474</u>	<u>5.518</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras consistem em aplicações em fundo de investimento de curto prazo, administrado pela Mellon Serviços Financeiros D.T.V.M. S.A. e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à taxa Selic.

5. Tributos a Recuperar

	2011	2010
Não-Circulante		
Imposto de Renda - IR	3.603	3.242
Contribuição Social - CSLL	<u>175</u>	<u>99</u>
	<u>3.778</u>	<u>3.341</u>

O Imposto de Renda – IR e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL correspondente aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados. A Companhia mantém no ativo não circulante créditos tributários no valor de R\$ 3.778 mil, cuja realização dependerá da geração de lucros tributários futuros por parte da Companhia.

6. Reconciliação dos montantes de contribuição social e impostos de renda registrados nos resultados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	2011		2010	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	13.506	13.506	14.562	14.562
Amortização do ágio	(1.009)	(1.009)	(1.009)	(1.009)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	12.497	12.497	13.553	13.553
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+). Adições				
Multas Indedutíveis	1	1	5	5
Receita de Juros sobre Capital Próprio	2.189	2.189	2.044	2.044
Amortização ágio sobre investimento	1.009	-	1.009	-
Subtotal adições	3.199	2.190	3.058	2.049
(-). Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(13.514)	(13.514)	(14.760)	(14.760)
Despesa de Juros sobre Capital Próprio	(2.500)	(2.500)	(2.511)	(2.511)
Subtotal exclusões	(16.014)	(16.014)	(17.271)	(17.271)
Base de Cálculo:	(318)	(1.327)	(660)	(1.669)
Créditos fiscais (não constituídos) constituídos	318	1.327	660	1.669

Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT é opcional para o biênio 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

7. Depósitos Judiciais

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Cíveis	12	12

8. Investimento

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Participação em controlada em conjunto	<u>44.793</u>	<u>41.893</u>

a) Movimentação do Investimento na Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

Em 31 de dezembro, a participação da Companhia na Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo no início do exercício	<u>41.893</u>	<u>38.301</u>
Equivalencia patrimonial	13.514	14.760
Equivalencia patrimonial reflexa concessão Serviço Público	122	368
Juros sobre o capital próprio	(2.189)	(2.044)
Dividendos	<u>(8.547)</u>	<u>(9.492)</u>
Saldo do final do exercício	44.793	41.893

b) Informações sobre a Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Capital social	179.787	179.787
Quantidade de ações da COSERN Subscritas e integralizadas	168.074.028	168.074.028
Quantidade de ações possuídas:		
Ordinárias	7.576.650	7.576.650
Preferenciais – Classes A	1.156.609	1.156.609
Preferenciais – Classes B	<u>1.047.352</u>	<u>1.047.352</u>
Subscritas e integralizadas	<u>9.780.611</u>	<u>9.780.611</u>
Participação no capital		
Capital votante	5,8396%	5,8396%
Capital social	5,8192%	5,8192%
Lucro líquido do período	<u>232.128</u>	<u>253.664</u>
Patrimônio líquido	<u>769.748</u>	<u>719.912</u>

A participação inicial na COSERN foi adquirida por meio de leilão público realizado em 12 de dezembro de 1997 e de leilão especial realizado em 20 de fevereiro de 1998. A Comissão de Valores Mobiliários - CVM deferiu, em 4 de janeiro de 1999, o registro como companhia aberta da COSERN, para negociação dos seus valores mobiliários em bolsa de valores. A Uptick Participações S.A. é controladora em conjunto da COSERN, nos termos do Protocolo de Entendimentos firmado entre os acionistas daquela empresa em 11 de dezembro de 1997.

Em reunião de 11 de julho e 13 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração da Uptick aprovou sua participação na 1ª e 2ª Ofertas Públicas de Ações da COSERN, realizadas em 12 de maio e 22 de dezembro de 2000, ofertadas e adquiridas ao preço unitário de R\$ 3,90. Nessas ofertas públicas foram adquiridas 851.280 ações ordinárias e 936.299 ações preferenciais adicionais.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio ("JCP")

A composição analítica dos valores deliberados ou propostos pela Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

Data:	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação (R\$):	Valor Total (R\$ mil):
31/03/2011	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0628131025 ON 0,069044127 PNA/B	628
25/04/2011	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,5080770685 ON 0,5588847754PNA/B	5.081
30/06/2011	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0628189196 ON 0,0691008115 PNA/B	628
29/08/2011	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,3465370083 ON 0,3811907091 PNA/B	3.466
30/09/2011	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0628189196 ON 0,0691008115 PNA/B	628
29/12/2011	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0304060091 ON 0,0334466100 PNA/B	305

9. Intangível

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ágio no investimento	19.601	19.601
	<u>19.601</u>	<u>19.601</u>

a) O ágio tem origem na aquisição do direito de exploração de serviço público de energia elétrica e estava sendo amortizado pelo método linear pelo prazo de 30 (trinta) anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, conforme determinação da Lei 11.638/07, o ágio deixou de ser amortizado.

b) Teste de redução ao valor recuperável

Os valores recebidos anualmente pela Uptick sob a forma de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") foram confrontados com os valores pagos à título de ágio na aquisição da COSERN. A amortização anual do ágio no investimento Cosern correspondia ao valor de R\$ 1.009. Conforme demonstrado na nota 8, item a, os valores recebidos de Dividendos e JCP, são respectivamente R\$ 8.547 e R\$ 2.188. Nestas condições não há indício de perda de recuperabilidade no ativo intangível.

10. Impostos e Contribuições a Recolher

	2011	2010
Circulante		
Programa de Integração Social - PIS	5	9
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	23	40
Total	28	49

11. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O Capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é de R\$ 49.646;

A composição do capital social autorizado da Companhia, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 1997, é de 200.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 52.437.003 ações encontram-se subscritas e integralizadas.

Acionistas	Nº de ações em 31 de dezembro de 2011
Ennesa Fundo de Investimento em Ações	52.436.999
Outros	4
Total	52.437.003

b) Reserva legal

Foi constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, foi constituído os montantes de R\$ 676 e R\$ 728, respectivamente.

c) i. Reserva de Retenção de Lucros

O resultado da companhia é composto basicamente pela equivalência patrimonial com a Controlada em conjunto COSERN. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresenta um saldo de R\$ 6.240 nesta reserva, pela falta de expectativa na realização do lucro.

ii. Reserva de Lucros a Realizar

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresenta um saldo de R\$ 2.935 nesta reserva. A constituição desta reserva está em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 202 da Lei 6.404/76, o qual define que o pagamento do dividendo poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar.

d) Outros Resultados Abrangentes - Reflexo

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes reflexo, em atendimento ao CPC 26(R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários, na controlada COSERN.

e) Resultado básico por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pelas ações emitidas durante o exercício em poder dos acionistas, ou seja, em circulação.

f) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzidos das destinações determinadas pela Assembléia Geral. O Conselho de Administração e/ou Assembléia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos intermediários e propostos, e juros sobre capital próprio aos seus acionistas. A administração da companhia esta propondo a constituição de dividendos adicionais no montante de R\$ 6.191, com base no dividendo adicional da Cosern. Segue a relação dos dividendos e JCP deliberados em 2011 e 2010.

2011				
Data:	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação ON (em R\$):	Valor Total (em R\$ mil):
29/08/2011	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,022967	1.204
30/12/2011	Reunião do Conselho de Administração	JSCP	0,047676	2.500
30/12/2011	Proposta da administração Uptick	Dividendos	0,118074	6.191
				9.895
2010				
Data:	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação ON (em R\$):	Valor Total (em R\$ mil):
30/04/2010	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,147307	7.724
13/07/2010	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,186318	978
31/12/2010	Reunião do Conselho de Administração	JSCP	0,038141	2.000
31/12/2010	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,0530246	2.780
31/12/2010	Proposta da administração Uptick	Dividendos	0,1052119	5.517
				18.999

A movimentação dos saldos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2010:	7.261
Declarados	6.741
Pagos	(11.502)
Saldos em 31 de dezembro de 2011:	2.500

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	13.506	14.562
Reserva legal (5%)	(675)	(728)
Base de cálculo dos dividendos	12.831	13.834
Dividendos obrigatórios - 25%	3.208	(3.458)
Juros sobre capital próprio deliberados	2.500	-
Dividendos intermediários	1.204	978
Dividendos Obrigatórios - Complemento	-	2.481
Dividendos Adicionais Propostos	6.191	3.036
	9.895	6.495

12. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de controlada em conjunto, depósitos judiciais, e contas a pagar e fornecedores. Em 31 de dezembro de 2011, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Natureza	Categoria	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	4.474	4.474	5.518	5.518
Contas a receber com controlada em conjunto	Empréstimos e recebíveis	258	258	434	434
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	12	12	12	12
Contas a pagar a controladora	Outros passivos financeiros	2.500	2.500	7.261	7.261
Contas a pagar serviços prestados	Outros passivos financeiros	11	11	0	0

b) Risco de crédito:

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas.

c) Risco de fraude:

A companhia monitora todas as transações financeiras realizadas no curso do exercício não havendo nenhum indicio de erro intencional.

d) Risco de taxa de juros:

O resultado financeiro da Companhia está suscetível a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados a média do CDI ou à Taxa Selic.

13. Despesas Operacionais

Despesas	Despesas Gerais e Administrativas	
	2011	2010
Serviços de Terceiros	441	440

Tributos	203	190
Total	644	630

14. Receitas financeiras

Receita Financeira	2011	2010
Renda de aplicações financeiras	373	180
Variação monetária	263	247
Total	636	427

15. Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia é controlada pelo Ennesa Fundo de Investimento em Ações, sendo este controlado pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CHESF de Assistência e Seguridade Social (FACHESF), (b) Fundação Cosern de Previdência Complementar (FASERN), (c) BANORTE Fundação, (d) Fundação Casal de Seguridade Social (FUNCASAL), (e) Fundação CELPOS, (f) Fundação COELCE de Seguridade Social.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) Aplicação Financeira – refere-se basicamente a aplicações financeiras, administrado pelo BNY Mellon Serviços D.T.V.M., conforme descrito na nota 4.